



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico de Controle Externo
Técnica Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'K11', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Instruções: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O Brasil deu um passo importante ao estabelecer um Plano Nacional de Mudanças Climáticas com metas para a redução do desmatamento da Amazônia e, por consequência, das emissões de gases do efeito estufa. O documento, porém, deixa uma lacuna em relação às adaptações aos danos que devem ser provocados pelo aquecimento global, mesmo se as emissões fossem zeradas hoje. A opinião é de ambientalistas e cientistas envolvidos com a questão.

Isso é reflexo de um problema fundamental: o Brasil pouco conhece sua vulnerabilidade às alterações do clima. Com base em uma série de estudos sabe-se, por exemplo, quanto a temperatura deve subir em cada região, que a Amazônia pode sofrer um processo de savanização e que a elevação do nível do mar pode pôr em risco a cidade do Recife. Pesquisas mostram também que várias culturas agrícolas devem ser afetadas no país, em especial a de soja, e que a região Nordeste será a mais afetada, com intensificação do processo de desertificação e perdas significativas no PIB.

Mas ainda faltam dados regionalizados que possam servir de instrumento para a criação de políticas de adaptação. Item pouco estudado é o da precipitação de chuvas, necessário para identificar a vulnerabilidade das cidades. Só com esses dados será possível prever enchentes e seu impacto na infraestrutura dos municípios, em sua economia e na saúde da população. A secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente admite a falha. "A verdade é que, por muito tempo, houve uma resistência em todo o mundo: discutir adaptação era como jogar a toalha. Como se, ao admitir que vai esquentar mesmo, estaríamos desistindo de atuar em mitigação. Hoje não se pensa mais assim. Mitigação e adaptação são complementares, mas isso é muito complexo quando não se sabe direito o que vai ocorrer e onde. É um item mais fraco no plano, porque o conhecimento das vulnerabilidades é menor."

(Adaptado de Marcio Silva. **O Estado de S. Paulo**, Especial H4, 5 de dezembro de 2008)

1. O texto deixa claro que
 - (A) faltam informações seguras sobre a incidência de catástrofes nas áreas urbanas, que levem a uma real dimensão das alterações climáticas em todo o planeta.
 - (B) há desconhecimento das alterações climáticas que possam ocorrer em todo o país, apesar da existência de planos de atuação para controlar seus efeitos.
 - (C) são necessárias pesquisas que definam as áreas mais expostas às mudanças climáticas, possibilitando planejamento para lidar com suas consequências.
 - (D) foram obtidos dados em cada região brasileira, que tornaram possível estabelecer metas de controle das alterações climáticas.
 - (E) será possível controlar a precipitação de chuvas nos centros urbanos desde que sejam reduzidos os índices de desmatamento da Amazônia.
2. É correto concluir do 3º parágrafo do texto que
 - (A) cada uma das regiões brasileiras, por suas características próprias, deverá desenvolver políticas de prevenção contra a ocorrência de catástrofes.
 - (B) a prevenção contra os efeitos das mudanças climáticas se encontra planejada, a partir dos dados já obtidos a respeito do controle das chuvas.
 - (C) todo o país está suficientemente preparado para enfrentar e conter as consequências das mudanças climáticas devidas ao aquecimento.
 - (D) as perdas significativas em consequência de chuvas excessivas prejudicam o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional.
 - (E) as catástrofes ambientais, como as enchentes em centros urbanos, prejudicam a saúde da população e a economia.
3. Identifica-se no texto
 - (A) oposição entre a existência de estudos sobre as variações climáticas no Brasil e pouca informação sobre mecanismos de adaptação a essas mudanças.
 - (B) dúvida entre ambientalistas e cientistas sobre a ocorrência de fenômenos climáticos e a atuação dos órgãos responsáveis pela preservação ambiental.
 - (C) semelhança de resultados entre as diversas mudanças climáticas nas regiões brasileiras e os mecanismos de adaptação a essas mudanças.
 - (D) aceitação das diferentes opiniões sobre as emissões de gases na atmosfera e a necessidade de redução do desmatamento da Amazônia.
 - (E) divergência quanto aos riscos que correm algumas cidades brasileiras com o aquecimento global e aqueles relativos à situação da agricultura no país.



4. A afirmativa que, segundo o texto, resume corretamente a situação do Brasil em relação aos fenômenos climáticos está em:
- (A) sujeito à elevação da temperatura e preocupado com as metas estabelecidas quanto ao controle do desmatamento.
- (B) acomodado diante dos resultados obtidos quanto ao controle dos gases do efeito estufa.
- (C) voltado para a redução da emissão de gases na atmosfera e preparado para evitar as consequências desastrosas do efeito estufa.
- (D) vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas e mal adaptado para a solução de suas consequências.
- (E) preocupado com catástrofes e atento às recentes mudanças pluviiais que têm atingido o país todo.
-
5. *Isso é reflexo de um problema fundamental ...* (2º parágrafo)
- O pronome grifado substitui corretamente, considerando-se o contexto,
- (A) a ausência de planos de adaptação aos efeitos do aquecimento global.
- (B) as políticas de redução do desmatamento da Amazônia.
- (C) os estudos de cientistas em torno das mudanças climáticas.
- (D) a preocupação de ambientalistas quanto aos efeitos catastróficos do clima.
- (E) as metas do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.
-
- Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 8, considere o segmento entre aspas, no final do 3º parágrafo.
6. *... discutir adaptação era como jogar a toalha.*
- A imagem criada com a afirmativa acima significa que
- (A) se tornaria difícil o estabelecimento de um acordo entre os vários países quanto às possibilidades de se evitar a destruição do meio ambiente por causa do aquecimento global.
- (B) seria como aceitar, sem quaisquer reservas, a impossibilidade de preservação do meio ambiente ao prever adaptação a possíveis danos oriundos da variação climática.
- (C) haveria limites concretos em todos os países para se adaptarem às mudanças climáticas, devido às inúmeras e diferentes manifestações desses fenômenos.
- (D) deveriam ser exigidas soluções para as consequências das variações climáticas pelos diferentes governos em todo o mundo.
- (E) seria impossível encontrar métodos aceitáveis e eficazes em todas as regiões e em todos os países em que têm ocorrido catástrofes ambientais.
-
7. O segmento constitui, no texto,
- (A) reconhecimento das dificuldades em antever onde poderão ocorrer as catástrofes, especialmente para cuidar da população das áreas urbanas.
- (B) comprovação de que as mudanças climáticas têm ocasionado inúmeras catástrofes, como as enchentes em diversas cidades.
- (C) negação de possíveis falhas contidas no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, apesar da opinião de ambientalistas.
- (D) explicação para a recente criação de área de estudos que apontem as futuras consequências das alterações no clima.
- (E) justificativa para a ausência de previsão contra os efeitos das alterações, apontada por especialistas, no Plano Nacional de Mudanças Climáticas.
-
8. O emprego das aspas indica que se trata
- (A) de uma contradição com o assunto desenvolvido no texto.
- (B) de inclusão desnecessária, pois repete o que já tinha sido afirmado.
- (C) de um trecho retirado do documento citado, como exemplo de ação.
- (D) de citação exata das palavras de uma autoridade no assunto.
- (E) da ideia central, que serve de desenvolvimento para todo o texto.
-
9. *... o Brasil pouco conhece sua vulnerabilidade às alterações do clima.*
- A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento do que está grifado acima é:
- (A) *... mesmo se as emissões fossem zeradas hoje.*
- (B) *A opinião é de ambientalistas e cientistas envolvidos com a questão.*
- (C) *... que a Amazônia pode sofrer um processo de savanização ...*
- (D) *... e que a região Nordeste será a mais afetada ...*
- (E) *... que vai esquentar mesmo ...*



10. Dizem que a preocupação excessiva com o ambiente é obstáculo para o desenvolvimento.

Quando a preocupação com o ambiente não é levada em conta, ocorrem tragédias.

Enchentes afetaram vários municípios brasileiros.

A população de várias cidades sofreu graves consequências com enchentes.

As frases acima articulam-se num único período com clareza, correção e lógica em:

- (A) Mesmo quando dizem que a preocupação excessiva com o ambiente é obstáculo para o desenvolvimento embora essa preocupação não é levada em conta, ocorrem as enchentes, tragédias com a população sofrendo graves consequências com elas, que afetaram vários municípios brasileiros.
- (B) Apesar de dizerem que a preocupação excessiva com o ambiente é obstáculo para o desenvolvimento, quando ela não é levada em conta ocorrem tragédias como as enchentes que afetaram vários municípios brasileiros, com graves consequências à população.
- (C) Quando não se leva em conta a preocupação com o ambiente, ocorrem tragédias como se diz, que a preocupação excessiva com o ambiente é obstáculo para o desenvolvimento as quais acabam afetando vários municípios brasileiros, que a população sofreu graves consequências com essas enchentes.
- (D) Enchentes afetaram vários municípios brasileiros, a cuja população sofreu graves consequências com elas, daí a preocupação excessiva com o ambiente e mesmo se ocorrem tragédias, é obstáculo para o desenvolvimento.
- (E) A população de várias cidades vem sofrendo graves consequências com enchentes, as quais afetaram vários municípios brasileiros, embora dizem que a preocupação excessiva com o ambiente é obstáculo para o desenvolvimento que, se não for considerada, ocorrem tragédias.

Atenção: As questões de números 11 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

As redes sociais na internet congregam 29 milhões de brasileiros por mês. Nada menos que oito em cada dez pessoas conectadas no Brasil têm o seu perfil estampado em algum site de relacionamento. Elas usam essas redes para manter contato com amigos e conhecer pessoas. Para quatro minutos na rede, os brasileiros dedicam um para atualizar seu perfil e bisbilhotar o de amigos; em nenhum outro país existe um entusiasmo tão grande por amizades virtuais.

Qual é o impacto desses sites na maneira como as pessoas se relacionam? Eles, de fato, diminuem a solidão? Recentemente sociólogos, psicólogos e antropólogos passaram a buscar uma resposta para essas perguntas.

A internet tornou-se um vasto ponto de encontro de contatos superficiais. É o oposto do que, como escreveu o filósofo grego Aristóteles, de fato aproxima os amigos: "Eles precisam de tempo e de intimidade; como diz o ditado, não podem se conhecer sem que tenham comido juntos a quantidade necessária de sal".

Por definição, uma rede social on-line é uma página em que se pode publicar um perfil de si mesmo, com fotos e dados pessoais, e montar uma lista de amigos que integram o mesmo site. Como em uma praça, um clube ou um bar, esse é o espaço em que as pessoas trocam informações sobre as novidades cotidianas de suas vidas.

Os sites de relacionamento, como qualquer tecnologia, são neutros. São bons ou maus dependendo do que se faz com eles. E nem todo mundo aprendeu a usá-los em seu próprio favor. Os sites podem ser úteis para manter amizades separadas pela distância ou pelo tempo e para unir pessoas com interesses comuns. Há pouco tempo, por exemplo, o Twitter foi acionado pelos iranianos para denunciar, com mensagens curtas e em tempo real, a violência contra manifestantes que reclamavam de fraude nas eleições presidenciais. Em excesso, porém, os sites podem ter efeito negativo: as pessoas se isolam e se tornam dependentes de um mundo de faz-de-conta, em que só se sentem à vontade para interagir com pessoas, protegidas pelo véu da impessoalidade.

(Adaptado de Diogo Schelp. **Veja**, 8 de julho de 2009, p. 95-96)

11. Conclui-se corretamente do texto que

- (A) o avanço tecnológico garante a proximidade instantânea e consequente intimidade de pessoas, qualquer que seja a distância em que elas se encontrem.
- (B) a incoerência é inerente aos sites de relacionamento, tendo em vista que eles permitem saber tudo sobre a vida de pessoas que se desconhecem.
- (C) a impessoalidade dos sites de relacionamento vem garantir, com a distância física, o anonimato das pessoas, mesmo que elas exponham neles toda a sua vida.
- (D) os relacionamentos feitos por meio de recursos tecnológicos padecem de uma maior proximidade, necessária para um conhecimento pessoal mais profundo.
- (E) as amizades criadas em sites de relacionamento se fortalecem e se multiplicam devido à facilidade de acesso pessoal aos recursos da tecnologia.

12. A afirmativa que resume corretamente o texto é:

- (A) O atual desenvolvimento tecnológico permite o surgimento e a manutenção de grande número de amizades que se tornam reais e duradouras.
- (B) A internet veio preencher as lacunas existentes nos relacionamentos humanos, permitindo troca instantânea de informações mútuas nos sites de relacionamento.
- (C) Os sites de relacionamento se tornaram atualmente prioritários em países de governos autoritários, para denúncias contra abusos sofridos pelos usuários.
- (D) O mau uso que se faz atualmente dos sites de relacionamento cria uma ambiguidade que invalida qualquer possível emprego em causas humanitárias.
- (E) Os brasileiros têm-se interessado por redes sociais on-line com grande número de contatos virtuais que, no entanto, estimulam a impessoalidade e a solidão.



13. Segundo os pesquisadores, o relacionamento pela internet

- (A) preenche, pela rapidez e pela facilidade de comunicação, as necessidades afetivas dos usuários num mundo extremamente dominado pela tecnologia.
- (B) pode acentuar o isolamento afetivo das pessoas por ausência de um contato que venha possibilitar o conhecimento mais profundo entre os usuários.
- (C) comprova o ensinamento de Aristóteles, à medida que facilita o acesso a um grande número de pessoas em tempo mínimo e sem esforço pessoal.
- (D) promove certa neutralidade nos contatos pessoais, já que propicia um afastamento saudável entre os usuários, sem interferências na vida cotidiana.
- (E) tem sido a solução mais adequada para o distanciamento decorrente das condições de vida, especialmente nos modernos e grandes centros urbanos.

14. *"Eles precisam de tempo e de intimidade; como diz o ditado, não podem se conhecer sem que tenham comido juntos a quantidade necessária de sal."* (3º parágrafo)

O sentido da frase acima está corretamente expresso, em outras palavras, em:

- (A) somente a convivência mais ampla e por tempo maior pode sedimentar uma verdadeira amizade.
- (B) alimentar-se faz bem ao corpo e à alma das pessoas, especialmente quando há companhia.
- (C) o fato de tomar alimentos em comum torna as pessoas muito mais amigáveis e felizes.
- (D) mesmo a presença em torno da mesa no momento da alimentação é incapaz de estabelecer amizades verdadeiras.
- (E) ainda que se alimentem juntos todos os dias, muitos amigos não se conhecem verdadeiramente.

15. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:

- (A) Cada perfil incluído nos sites de relacionamento podem ser comparados a uma espécie de palco, em que o usuário se apresenta a uma plateia invisível.
- (B) É necessário certos cuidados com o uso dos sites de relacionamento para evitar-se até mesmo situações embaraçosas que põe em risco a imagem dos usuários.
- (C) De nada adianta estabelecer contatos com enorme número de participantes dos sites, pois existe um limite para as relações humanas, estabelecido pela biologia.
- (D) É preciso que os usuários permaneçam muito tempo conectados à internet, pois se tratam de sites que transmite informação instantânea.
- (E) Para os participantes de sites de relacionamento podem parecer estar sempre rodeado de pessoas, mas não existe real proximidade entre eles.

Raciocínio Lógico

16. Na sentença seguinte falta a última palavra. Você deve escolher a alternativa que apresenta a palavra que MELHOR completa a sentença.

Devemos saber empregar nosso tempo vago; podemos, assim, desenvolver hábitos agradáveis e evitar os perigos da ...

- (A) pobreza.
- (B) ociosidade.
- (C) bebida.
- (D) doença.
- (E) desdita.

17. No próximo domingo, Dona Marieta completará 100 anos de idade e sua bisneta Julieta resolveu presentear-lhe construindo a árvore genealógica de seus descendentes. Para tal, Julieta usou as seguintes informações:

- Dona Marieta teve 10 filhos, três dos quais não tiveram netos e cada um dos demais lhe deu 3 netos;
- apenas quatro dos netos de Dona Marieta não tiveram filhos, enquanto que cada um dos demais lhe deu 5 bisnetos;
- dos bisnetos de Dona Marieta, apenas nove não tiveram filhos e cada um dos outros teve 2 filhos;
- os tataranetos de Dona Marieta ainda não têm filhos.

Nessas condições, é correto afirmar que o total de descendentes de Dona Marieta é

- (A) 226
- (B) 264
- (C) 268
- (D) 272
- (E) 277

18. Abaixo tem-se uma sucessão de grupos de três letras, cada qual seguido de um número que o representa, entre parênteses.

ABH (11) – DBX (30) – MAR (32) – KIT (40) – CYN (42)

Considerando que o número representante de cada grupo de letras foi escolhido segundo determinado critério e o alfabeto usado é o oficial, ou seja, tem 26 letras, então, segundo o mesmo critério, o grupo PAZ deve ser representado pelo número

- (A) 31
- (B) 36
- (C) 40
- (D) 43
- (E) 46



19. Considere que os números que compõem a sequência seguinte obedecem a uma lei de formação.
- (120; 120; 113; 113; 105; 105; 96; 96; 86; 86; . . .)
- A soma do décimo quarto e décimo quinto termos dessa sequência é um número
- (A) ímpar.
- (B) menor do que 100.
- (C) divisível por 3.
- (D) maior do que 130.
- (E) múltiplo de 5.
20. Serena está muito preocupada com sua amiga Corina, pois descobriu que todas as quartas, quintas e sextas-feiras ela só fala mentiras e nos demais dias da semana ela fala apenas a verdade. Certo dia em que foram almoçar juntas, Corina disse a Serena:
- “Ontem foi meu dia de mentir, mas só voltarei a fazê-lo daqui a três dias.”
- Com base na afirmação de Corina, tal almoço só pode ter ocorrido em
- (A) uma segunda-feira.
- (B) uma quarta-feira.
- (C) uma sexta-feira.
- (D) um sábado.
- (E) um domingo.
21. São dadas as afirmações:
- Toda cobra é um réptil.
- Existem répteis venenosos.
- Se as duas afirmações são verdadeiras, então, com certeza, também é verdade que
- (A) toda cobra é venenosa.
- (B) algum réptil venenoso é uma cobra.
- (C) qualquer réptil é uma cobra.
- (D) Se existe um réptil venenoso, então ele é uma cobra.
- (E) Se existe uma cobra venenosa, então ela é um réptil.
22. Alguns resultados curiosos podem ser observados em algumas operações matemáticas, como mostra o exemplo seguinte:
- $$4^2 = 16$$
- $$34^2 = 1\ 156$$
- $$334^2 = 111\ 556$$
- $$3\ 334^2 = 11\ 115\ 556$$
- . . .
- O exemplo dado, permite que se conclua corretamente que a soma dos algarismos do número $333\ 333\ 334^2$ é um número compreendido entre
- (A) 0 e 25
- (B) 25 e 50
- (C) 50 e 75
- (D) 75 e 100
- (E) 100 e 125
23. Uma operação * deve ser efetuada de acordo com a seguinte definição:
- $$a * b = a + b + a \cdot b, \text{ sendo } a \text{ e } b \text{ números inteiros.}$$
- Assim, calculando-se $2 * (12 * 5)$ obtém-se
- (A) 217
- (B) 223
- (C) 227
- (D) 233
- (E) 237
24. Alceste, Carmo, Germano, Irineu e Mustafá, funcionários do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nasceram nas cidades de Anápolis, Catalão, Goiânia, Inhumas e Morrinhos. Certo dia, eles foram incumbidos da execução das seguintes tarefas: arquivar documentos, conferir documentos, guardar documentos, implementar um sistema de informação e manutenção de veículos. Considere como verdadeiras as seguintes afirmações:
- a letra inicial do nome de cada um deles, bem como as letras iniciais da cidade onde nasceram e da primeira palavra que designa as suas respectivas tarefas são duas a duas distintas entre si;
- o funcionário que deveria conferir documentos não nasceu em Goiânia;
- Carmo não deveria guardar documentos e nem fazer a manutenção de veículos; também não nasceu em Goiânia e nem em Inhumas;
- Irineu nasceu em Morrinhos, não deveria conferir documentos e tampouco deveria arquivá-los;
- Alceste e Mustafá não nasceram em Catalão;
- Mustafá não deveria conferir documentos e nem implementar um sistema de informação.
- Se todos cumpriram as tarefas que lhe foram designadas, então, com base nas informações dadas, é correto concluir que Carmo e Germano nasceram, respectivamente, em
- (A) Anápolis e Catalão.
- (B) Anápolis e Morrinhos.
- (C) Inhumas e Anápolis.
- (D) Morrinhos e Catalão.
- (E) Morrinhos e Inhumas.



Legislação Específica do Estado de Goiás

25. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, as contas anuais prestadas pelo Governador deverão ser encaminhadas à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas, concomitantemente, em até

- (A) 45 dias após a abertura da sessão legislativa.
- (B) 45 dias após a abertura do exercício financeiro.
- (C) 60 dias após a abertura do exercício financeiro.
- (D) 60 dias após o encerramento do exercício financeiro.
- (E) 60 dias após a abertura da sessão legislativa.

26. A decisão pela qual o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares denomina-se

- (A) definitiva.
- (B) conclusiva.
- (C) terminativa.
- (D) resolutória.
- (E) finalística.

27. Conforme disposto no Regimento Interno, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás decidir a respeito do ato de sustação do contrato, quando a Assembleia Legislativa não efetivar as medidas que lhe forem cabíveis, no prazo de

- (A) 50 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 70 dias.
- (D) 80 dias.
- (E) 90 dias.

28. O quorum mínimo de conselheiros, incluído o presidente, para abertura das Sessões do Plenário tanto as Ordinárias como as Extraordinárias é

- (A) 3 (três).
- (B) 4 (quatro).
- (C) 5 (cinco).
- (D) 6 (seis).
- (E) 7 (sete).

29. Abrange as questões do interesse restrito e peculiar do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a competência atribuída

- (A) aos conselheiros.
- (B) à presidência.
- (C) à corregedoria geral.
- (D) ao plenário.
- (E) aos auditores.

30. A divisão incumbida de exercer o controle interno apresentará à coordenação de fiscalização estadual, relatório contendo recomendações para o atendimento da política de qualidade de serviços adotada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás,

- (A) quadrimestralmente e ao final do exercício.
- (B) mensalmente e ao final de cada semestre.
- (C) trimestralmente e ao final do exercício.
- (D) semestralmente e ao final de cada semestre.
- (E) bimestralmente e ao final de cada semestre.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

Noções de Direito Constitucional

31. Nos termos da Constituição, admite-se excepcionalmente a entrada na casa de um indivíduo sem consentimento do morador

- (A) por determinação judicial, a qualquer hora.
- (B) em caso de desastre, somente no período diurno.
- (C) para prestar socorro, desde que a vítima seja criança ou adolescente.
- (D) em caso de flagrante delito, sem restrição de horário.
- (E) por determinação da autoridade policial, inclusive no período noturno.

32. A Constituição proíbe a instituição de pena de

- (A) morte, sem exceção.
- (B) caráter perpétuo, salvo em caso de guerra declarada.
- (C) trabalhos forçados.
- (D) restrição de liberdade.
- (E) restrição de direitos.

33. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, mediante controle externo, será exercida pelo

- (A) Poder Judiciário, com o auxílio do Ministério Público.
- (B) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (C) Ministério Público, com o auxílio do Congresso Nacional.
- (D) Congresso Nacional, com o auxílio do Poder Judiciário.
- (E) Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Ministério Público.

34. Considere as seguintes afirmações sobre os princípios fundamentais da Constituição da República:

- I. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
- II. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes ou diretamente, nos termos da Constituição.
- III. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a garantia do desenvolvimento nacional.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.



35. São brasileiros natos, nos termos da Constituição, os
- (A) nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros que estejam a serviço de seu país.
 - (B) nascidos no estrangeiro, filhos de pais brasileiros, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
 - (C) nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - (D) que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
 - (E) estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
36. A Constituição da República estabelece que a fusão e a incorporação de Municípios
- (A) são proibidas.
 - (B) somente são autorizadas para Municípios com mais de duzentos mil habitantes.
 - (C) serão feitas mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
 - (D) serão feitas por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (E) serão reguladas em lei complementar de iniciativa da população diretamente interessada.
37. Dispõe a Constituição da República sobre o Distrito Federal que
- (A) é vedada sua divisão em Municípios.
 - (B) será regido por lei orgânica, votada em dois turnos e aprovada por três quintos da Câmara Legislativa.
 - (C) terá competência legislativa idêntica à dos Estados.
 - (D) a eleição de seu Governador e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Prefeitos e Vereadores Municipais, para mandato de igual duração.
 - (E) lei distrital disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.
38. Considere as seguintes afirmações sobre a fiscalização do Município, mediante controle externo:
- I. O controle externo será exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - II. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da Câmara Municipal.
 - III. As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, sendo vedado ao contribuinte, contudo, questionar-lhes a legitimidade.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
39. Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, será concedido
- (A) *habeas data*.
 - (B) *habeas corpus*.
 - (C) mandado de segurança.
 - (D) pedido liminar em ação popular.
 - (E) mandado de injunção.
40. Ao assegurar a liberdade de associação profissional ou sindical, a Constituição da República
- (A) estabelece que ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato, ressalvadas hipóteses previstas em lei.
 - (B) atribui ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, sendo, porém, facultativa sua participação nas negociações coletivas de trabalho.
 - (C) veda a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, sem exceção.
 - (D) veda ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, mas prevê que a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação ou o encerramento de atividades de sindicato.
 - (E) veda a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.



Noções de Direito Administrativo	
<p>41. São, dentre outros, elementos do ato administrativo:</p> <p>(A) a forma, o mérito e a razoabilidade.</p> <p>(B) a discricionariedade, a vinculação e a arbitrariedade.</p> <p>(C) o objeto, o motivo e a finalidade.</p> <p>(D) o sujeito, a competência e o destinatário.</p> <p>(E) a autoexecutoriedade, a imperatividade e a presunção de legalidade.</p>	<p>46. Sobre o processo administrativo disciplinar no âmbito da administração estadual, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) será conduzido por comissão processante composta por 3 funcionários.</p> <p>(B) o funcionário designado para a comissão processante poderá livremente escusar-se do encargo.</p> <p>(C) poderá adotar procedimentos ordinário ou sumário, conforme a infração cometida.</p> <p>(D) o servidor processado não poderá, durante o trâmite do processo administrativo, exonerar-se a pedido.</p> <p>(E) é cabível o afastamento preventivo do funcionário processado.</p>
<p>42. Determinados entes da administração indireta serão, obrigatoriamente, submetidos ao regime jurídico de direito privado se exercerem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. São eles:</p> <p>(A) as empresas públicas e as empresas concessionárias de serviços públicos, apenas.</p> <p>(B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista, apenas.</p> <p>(C) as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as autarquias e as fundações.</p> <p>(D) as empresas públicas, apenas.</p> <p>(E) as sociedades de economia mista, apenas.</p>	<p>47. Segundo estabelece a Constituição, o prazo de validade do concurso público é</p> <p>(A) de dois anos, improrrogáveis.</p> <p>(B) de, no máximo 1 ano, prorrogável por igual período.</p> <p>(C) o previsto no edital, de no máximo dois anos, improrrogável.</p> <p>(D) o previsto no edital, de no máximo dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.</p> <p>(E) o previsto no edital, sem limite máximo de validade.</p>
<p>43. O procedimento de licitação</p> <p>(A) é sempre obrigatório, quando realizadas aquisições pela administração direta.</p> <p>(B) é sempre obrigatório, quando realizadas aquisições pela administração indireta.</p> <p>(C) poderá ser dispensado, sempre que se tratar de aquisições de bens móveis.</p> <p>(D) não é aplicável, nas aquisições em que for utilizado o sistema de registro de preços.</p> <p>(E) será inexigível, se nas aquisições o fornecedor dos bens for exclusivo.</p>	<p>48. A instauração válida de processo administrativo no âmbito da administração estadual</p> <p>(A) depende de despacho da autoridade competente, mediante requerimento escrito do interessado.</p> <p>(B) poderá se dar por requerimento escrito do interessado, ou ainda de ofício.</p> <p>(C) independe de legitimação ativa do requerente, ou da competência da autoridade a quem dirigida.</p> <p>(D) não exige forma especial, bastando o simples requerimento oral.</p> <p>(E) não poderá ser efetuada sob a modalidade de litisconsórcio.</p>
<p>44. A licitação poderá ser revogada</p> <p>(A) por qualquer ilegalidade em seu procedimento.</p> <p>(B) por qualquer motivo de conveniência e oportunidade.</p> <p>(C) apenas por ilegalidade devidamente comprovada, após contraditório.</p> <p>(D) apenas por motivo de interesse público superveniente e comprovado.</p> <p>(E) apenas por nulidade imputável ao órgão licitante.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Financeiro e Orçamentário e de Execução Orçamentária e Financeira</p> <p>49. A atividade financeira do Estado</p> <p>(A) tem como característica a instrumentalidade, porque arrecadação não é a finalidade do Estado, mas o meio para atingir seus objetivos.</p> <p>(B) exige a presença de pessoa jurídica de direito público ou privado concessionário de serviço público.</p> <p>(C) compreende unicamente a atividade de elaborar o orçamento público.</p> <p>(D) não tem conteúdo econômico.</p> <p>(E) consiste na instituição e na arrecadação de tributos, bem assim na fiscalização sobre a arrecadação.</p>
<p>45. Considere as afirmações abaixo:</p> <p>I. Os contratos administrativos são interpretados de acordo com os preceitos de direito privado, aplicando-se subsidiariamente as normas de direito público.</p> <p>II. A rescisão do contrato administrativo por iniciativa da Administração sempre implica indenização ao particular.</p> <p>III. Os contratos administrativos podem ser modificados unilateralmente pela Administração para melhor adequação ao interesse público, respeitados os direitos do contratado.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>50. NÃO poderão ser classificados como receita</p> <p>(A) os empréstimos.</p> <p>(B) os preços.</p> <p>(C) os tributos.</p> <p>(D) as penalidades.</p> <p>(E) as doações.</p>



<p>51. A Lei de Responsabilidade Fiscal disciplina a renúncia de receita. É considerado como forma de renúncia de receita a</p> <p>(A) moratória. (B) compensação. (C) prescrição do crédito. (D) conversão do depósito em renda. (E) remissão.</p>	<p>57. Os restos a pagar</p> <p>(A) representam valores que começaram a ser pagos no final do exercício financeiro, mas que não foram concluídos por falta de dotação suficiente e empenho. (B) são valores pendentes de pagamento, com juros e amortização empenhadas e não-pagas. (C) incluem os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, não-liquidados, computados ao final de cada exercício de vigência do crédito. (D) são de pronto pagamento quando processados, ou seja, com empenhos executados e liquidados, mas não pagos até o dia 31 de dezembro. (E) são assim considerados, quando não-processados, pois a despesa já liquidada está pendente de empenho.</p>
<p>52. As receitas se classificam, conforme a Lei nº 4.320/64, de acordo com as categorias econômicas em</p> <p>(A) investimentos e transferências. (B) correntes e de capital. (C) tributária e não-tributária. (D) de custeio e correntes. (E) originárias e derivadas.</p>	
<p>53. O procedimento para pagamento de uma despesa tem a seguinte ordem:</p> <p>(A) empenho, ordem de pagamento, liquidação e pagamento. (B) ordem de pagamento, liquidação, empenho e pagamento. (C) liquidação, ordem de pagamento, empenho e pagamento. (D) empenho, liquidação, ordem de pagamento e pagamento. (E) ordem de pagamento, empenho, liquidação e pagamento.</p>	<p>58. A Lei Complementar nº 101/00 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Essa lei</p> <p>(A) disciplina a execução orçamentária, ao lado da Lei nº 4.320/64. (B) define plano plurianual e disciplina o seu conteúdo mínimo. (C) foi omissa quanto ao controle da despesa total com pessoal. (D) veda expressamente qualquer forma de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária. (E) autoriza que o titular de Poder, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, contraia obrigação de despesa para ser cumprida no próximo exercício financeiro, desde que ingresse como restos a pagar.</p>
<p>54. Classifica-se como despesa de capital, na modalidade investimento, e como despesa corrente na modalidade despesa de custeio, respectivamente:</p> <p>(A) obras públicas e material de consumo. (B) juros da dívida pública e material permanente. (C) aquisição de imóveis e constituição de fundos rotativos. (D) pagamento de inativos e pagamento de pensionistas. (E) concessão de empréstimos e subvenções sociais e econômicas.</p>	<p>59. A Lei nº 4.320/64 dispõe sobre a dívida flutuante. Dentre as dívidas que são consideradas como dívida flutuante estão os débitos de tesouraria, que podem ser entendidos como</p> <p>(A) as cauções ou garantias recebidas de terceiros para execução de contratos. (B) os serviços de dívida a pagar. (C) as dívidas provenientes de operações de crédito para antecipação de receita para atender insuficiência de caixa ou de tesouraria. (D) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida e os depósitos escriturados como parcelas de amortização. (E) os compromissos contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou o financiamento urgente de obras e serviços públicos.</p>
<p>Noções de Execução Orçamentária e Financeira</p> <p>55. Dentro da sistemática de programação e controle de recursos orçamentários e financeiros, o instrumento de controle de tesouraria ou caixa, em que se preveem as receitas e os pagamentos das obrigações denomina-se</p> <p>(A) programação financeira. (B) cronograma de desembolso. (C) fixação de quotas. (D) quadro de quotas. (E) estimativa de impacto orçamentário-financeiro.</p>	
<p>56. Conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, após a publicação dos orçamentos e observadas as demais exigências legais, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso no prazo de</p> <p>(A) 10 dias, aprovando quadro de quotas bimestrais. (B) 20 dias, aprovando quadro de quotas mensais. (C) 30 dias, aprovando quadro de quotas bimestrais. (D) 60 dias, aprovando quadro de quotas trimestrais. (E) 120 dias, aprovando quadro de quotas trimestrais.</p>	<p>60. Determina a Lei de Responsabilidade Fiscal que na execução orçamentária sejam identificados os beneficiários do pagamento de sentenças judiciais. Sobre esta exigência legal é correto afirmar que a</p> <p>(A) lei orçamentária anual tem que indicar os nomes dos beneficiários. (B) lei de diretrizes orçamentárias tem que trazer previsão dos nomes dos beneficiários que apresentaram o crédito até 31 de julho. (C) exigência se justifica para que seja respeitada a ordem de valores para pagamento dos precatórios. (D) identificação dos beneficiários será apresentada nas metas fiscais que acompanham a lei orçamentária. (E) referida identificação será feita por meio do sistema de contabilidade e administração.</p>

